

**De:** Andercledson Reis  
**Enviado em:** sexta-feira, 23 de julho de 2021 16:35  
**Para:** 'Alan Jones Soares'  
**Cc:** Hermenson Pereira da Silva; José Alberto Soares Vidal  
**Assunto:** RES: Impugnação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2021  
IMPUGNAÇÃO 1**

1. Trata-se de impugnação ao edital manejada pelo Advogado Sr. Alan Jones de Oliveira Soares.
2. O impugnante, em síntese, questiona a exigência de certificações/laudos, requerendo a permanência apenas de:
  - 2.1. Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia);
  - 2.2. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo INMETRO, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13962/2018;
  - 2.3. Comprovação de madeira utilizada (FSC/CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue;
  - 2.4. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante;
  - 2.5. Catálogo técnico do bem cotado, com os requisitos definidos no item 2.1, IV do TR, anexo do edital.
3. Instada, assim manifesta a unidade demandante, em apertada síntese:
  - 3.1. As normas editadas pela ABNT se revestem de validade e eficácia, sendo de observância obrigatória por todos que venham a produzir determinados bens ou prestar certos serviços, conforme disposto na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), instrumento auxiliar na defesa do interesse público nos casos em que a Administração é considerada consumidora final.
  - 3.2. O art. 39 da Lei 8.078/90 estabelece que é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. No entendimento da unidade demandante, todos aqueles que pretendem figurar como licitantes e contratar com a Administração Pública devem obrigatoriamente observar as normas da ABNT (NBR's).
  - 3.3. De acordo com o Acórdão 1225/2014-TCU Plenário, é legítima a exigência de certificação, comprovando que o objeto licitado está em conformidade com norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma a garantir a qualidade e o desempenho dos produtos a serem adquiridos pela Administração, desde que tal exigência esteja devidamente justificada nos autos do procedimento administrativo.
  - 3.4. A exigência de Certificação ABNT é a maneira encontrada de se verificar o produto tecnicamente falando, seu acabamento, qualidade, durabilidade, especificações, etc. Não há como fazer a aferição qualitativa e técnica desses produtos sem a emissão dessas certificações que são emitidas pelo INMETRO ou outro instituto por ele acreditado. O fornecedor/fabricante deve se adequar ao exigido no Edital e no presente caso é bastante que o fornecedor/fabricante tenha submetido o seu produto a um laboratório acreditado pelo INMETRO.

4. As íntegras da impugnação, da manifestação da unidade demandante da resposta do Pregoeiro estão disponíveis juntamente com os documentos do certame no Portal de Transparência deste Tribunal: (<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2021/pregoes-eletronicos>)

Pois bem,

5. O impugnante demonstra descontentamento genérico, visto que:

- 5.1. Não especifica quais regras considera excessivas;
- 5.2. Não demonstra as razões que o levam a classificar as exigências como excessivas;
- 5.3. Não demonstra objetivamente e especificamente quais das exigências não são aplicáveis ao certame e o porquê de sua inaplicabilidade;
- 5.4. Não demonstra a facultatividade ou inexigibilidade das normas NBR exigidas;
- 5.5. Não indica quais dos 44 itens do objeto pretende impugnar.

6. Como se verifica, a ausência de impugnação específica torna a impugnação genérica, dificultando consideravelmente a resposta do Pregoeiro. Assim sendo, a resposta deste Pregoeiro também será de forma genérica.

7. Genericamente falando, assiste razão à unidade demandante ao exigir certificação, comprovando que o objeto licitado está em conformidade com norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), de forma a garantir a qualidade e o desempenho dos produtos a serem adquiridos pela Administração, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União.

8. O simples descontentamento com as exigências estabelecidas, alegadas como excessivas, não se demonstra suficiente para alterar o edital. Incumbe à impugnante o ônus de trazer elementos que comprovem quais das regras estabelecidas seriam excessivas ou inaplicáveis, bem como comprovar a facultatividade ou inexigibilidade de sua utilização pela Administração. Todavia, não o fez, limitando-se ao descontentamento.

9. Quanto à solicitação de se manter, apenas os certificados exigidos na maioria das licitações, também se demonstra ausente de fundamentação e comprovação. Seria necessária a comprovação dessa “maioria”, bem como sua aplicabilidade ao caso concreto. Todavia, o impugnante também não trouxe elementos de comprovação.

10. Considerando a manifestação da unidade demandante (SEPAT), adotada por este Pregoeiro em todos os seus termos, bem como caráter genérico do pleito, julgo IMPROCEDENTE a impugnação.

11. Julgada improcedente a impugnação e considerando que a decisão não altera as cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Esta decisão será disponibilizada nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO.

Porto Velho, 23 de julho de 2021

**ANDERCLEDSON REIS**

Pregoeiro

[licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br)

(69) 3211-2082



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

MISSÃO: Realizar Eleições e fortalecer a Democracia

VISÃO: Alcançar nível de excelência em Gestão Pública até 2015

VALORES: Acessibilidade, Eficiência, Ética, Inovação, Sustentabilidade e Transparência

---

**De:** Alan Jones Soares <allanjonnes@outlook.com>

**Enviada em:** quarta-feira, 21 de julho de 2021 15:48

**Para:** Licitação <licitacao@tre-ro.jus.br>

**Assunto:** Impugnação

Prezados, boa tarde.

Segue impugnação para análise.

Atenciosamente,

DOMINGUES, JONES & OLIVEIRA  
ADVOCADOS

Alan Jones - Advogado  
OAB/RS: 108286

☎ (54) 9 9708-6820

🌐 [www.dominguesjonesoliveira.com.br](http://www.dominguesjonesoliveira.com.br)

Endereço: Rua Tronca, nº 2660, sala 1104, Edifício Tronca Corporate  
Bairro: Exposição, CEP: 95010-100 - Caxias do Sul/RS